

ISSN: 2178-602X

Artigo Seção Temática
Volume 20, Número 1, jan.-abr. de 2026Submetido em: 24/06/2025
Aprovado em: 19/09/2025

Colonialidades brasileiras em revista: esquecimentos de gênero e raça nas páginas de Trip

Brazilian colonialities in review: gender and race overlooked in the pages of Trip magazine

Colonialidades brasileñas en revistas: el olvido de género y raza en las páginas de Trip

Wigde Arcângelo da SILVA¹
Frederico de Mello Brandão TAVARES²

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar edições impressas da revista brasileira Trip, voltada para o público masculino, com o intuito de observar como a publicação se apropria de determinadas perspectivas históricas sobre uma imagem de Brasil em suas páginas, de 1986 a 2020. A partir da análise, é percebido como a revista aciona corpos imaginários do colonialismo, intrinsecamente ligados a projetos nacionais acerca de raça e gênero, reforçando esquecimentos e hierarquias sociais. Conclui-se que, mesmo de forma não deliberada, e por vezes contraditória, Trip reproduz estruturas sociais brasileiras, dando a ver como uma revista de nicho, jornalística e mercadológica, se comporta editorialmente e constitui representações da memória ao longo do tempo.

Palavras-chave: Corpo; gênero; raça; colonialidade; revista *Trip*.

Abstract

The aim of this article is to analyze print editions of the Brazilian men's magazine Trip, in order to see how the publication appropriates certain historical perspectives on an image of Brazil in its pages, from 1986 to 2020. From the analysis, it is clear how the magazine invokes imaginary bodies of colonialism, intrinsically linked to

¹ Jornalista e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Outro Preto (UFOP, campus de Mariana). Assessor de Imprensa do Instituto Sou da Paz (SP). E-mail: wigde.arcangelo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3049-6235>.

² Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Bolsista PQ do CNPq. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: frederico.tavares@ufop.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6410-4739>.



national projects concerning race and gender, reinforcing Brazilian social hierarchies and neglect. It can be concluded that, even if unintentionally and sometimes contradictorily, *Trip* magazine reproduces Brazilian social structures, revealing how a niche, journalistic, and commercial magazine behaves editorially and constitutes representations of memory over time.

Keywords: Body; gender; race; coloniality; *Trip* magazine

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar las ediciones impresas de la revista masculina brasileña *Trip*, para ver cómo la publicación se apropia de determinadas perspectivas históricas sobre una imagen de Brasil en sus páginas, de 1986 a 2020. A partir del análisis, se percibe cómo la revista activa cuerpos imaginarios del colonialismo, intrínsecamente ligados a proyectos nacionales sobre raza y género, reforzando olvidos y jerarquías sociales brasileñas. Se concluye que, incluso de forma involuntaria y a veces contradictoria, la revista *Trip* reproduce estructuras sociales, mostrando cómo una revista de nicho periodístico y de marketing se comporta editorialmente y constituye representaciones de la memoria a lo largo del tiempo.

Palabras clave: Cuerpo; género; raza; colonialidad; revista *Trip*.

Introdução

No contexto midiático, publicações periódicas e editoras jornalísticas são instituições constituídas por modelos mercadológicos perpassados por estruturas sociais. Os conteúdos produzidos carregam temporalidades e espacialidades, correspondendo a arranjos complexos de representação do cotidiano, para além do presente e do contexto imediato de circulação, contribuindo, dentro da perspectiva de um “capitalismo editorial” para a atualização e a “invenção” de comunidades imaginadas (Anderson, 2008). Tais materiais, nesse sentido, acionam sociabilidades e identidades de maneira transversal, sendo a memória e a dimensão histórica, muitas vezes, amálgama e dispositivo desses processos.

Neste artigo, problematiza-se de que maneira a constituição nacional do Brasil impregna os modos como as revistas criam suas realidades “revistalizadas”, lendo o mundo a partir dessa ótica editorial “histórica” e oferecendo aparatos para que os seus leitores leiam o mundo (Tavares, 2011; França, 2013; Vogel, 2013). A partir de um estudo que envolveu uma observação panorâmica sobre 200 edições impressas da revista *Trip*, em suas três primeiras décadas de existência, de 1986 a 2020, pergunta-se sobre as tensões existentes entre colonialidade, raça e discursos sobre a criação



nacional brasileira, apontando para como o entrecruzamento de tais questões dá a ver processos de constituição de uma identidade editorial jornalística dentro de uma alargada duração temporal.

A revista *Trip* é produzida para um leitor que ganha forma definida ao se olhar para o perfil daqueles que compram as revistas, conforme informações da própria publicação em seu *Mídia Kit*: em sua maioria homens (78%), boa parte está na faixa etária dos 26 aos 45 anos (68%), quase todos possuem ensino superior completo (96%) e quase a metade deles se encaixa no grupo B da classe social (51%), embora o *Midia Kit* não informe a raça de quem lê a revista (*Trip Mídia Kit*, 2016). Esses leitores, de alguma forma, compactuam com a visão da revista que, ao longo de sua história, assume editorialmente uma posição “atenta às transformações sociais” (Silva, 2022). Mas como isso ressoa na publicação em relação às características que sofreram um processo histórico de naturalização na sociedade brasileira?

Para que fosse possível analisar essa problemática na revista, delimitou-se um *corpus* da análise, já que o título possui 286 edições publicadas. Para isso foram selecionadas as edições em que o Brasil foi de forma explícita o tema central dos números. Identificaram-se, então, 69 capas que continham as palavras “Brasil”, “país”, “brasileiro” ou expressões semelhantes, das quais 66 estavam disponíveis para consulta³. Destas, foi necessário distinguir os usos em que tais termos remetiam à ideia de identidade nacional daqueles em que designavam apenas um espaço geográfico ou um gentílico, sem implicações culturais.

Após esse refinamento, restaram 26 edições em que o termo “Brasil” expressava um sentido identitário. Com foco no binômio identidade nacional-corpo, optou-se por iniciar a análise a partir da noção de nação, visto que o corpo é uma presença recorrente na revista, mesmo em temas não diretamente ligados a ele. A partir desse ponto, excluíram-se notas e textos de seções fixas e buscaram-se matérias que evidenciassem “fantasmagorias da colonialidade” (Silva; Tavares, 2024), ou seja, traços naturalizados de uma herança colonial. Ao final, foram identificadas 15 edições específicas (24, 25, 28, 33, 38, 86, 110, 135, 136, 137, 189, 230, 231, 234 e 259), das quais foram selecionadas 21 reportagens para análise.

³ A pesquisa explorou os conteúdos da própria revista (<https://revistatrip.uol.com.br/trip/revistas>) e os materiais disponíveis no Google Books (<https://books.google.com.br/books?id=72EEAAAAMBAJ>).



A prática jornalística brasileira está inserida em um contexto cultural e de subjetividades. Em sua atuação, que parte sempre de um lugar socialmente situado, entendimentos da constituição nacional podem ser cristalizados ou até mesmo renegados. Mesmo o jornalismo possuindo métodos que tentam eximir a prática profissional de um posicionamento político e social, ele é produzido por indivíduos que não conseguem se deslocar de suas realidades e, dessa maneira, de toda a carga subjetiva construída por ela.

Essas estratégias, que buscam simular uma isenção de lados, são, então, formas de camuflar os locais dos quais aqueles que produzem as notícias falam. Há, nesse movimento, um atravessamento de posicionamentos pessoais e institucionais. No caso do *corpus* em tela, o arranjo de sentidos enquadrados por *Trip* articula temporalidades e inteligibilidades, promovendo, no presente, atualizações e esquecimentos sobre um passado nacional. Nesse aspecto, a memória é trabalhada, ora de forma visível, ora de forma invisível, como eixo de uma montagem editorial mais ampla, na qual esquecimentos sobre corpos, raça e gênero compõem uma continuidade e formalizam uma visão de mundo.

Com base na definição de revistas proposta por Daisi Vogel (2013) como montagens de justaposições de textos de múltiplos formatos na reflexão sobre o contemporâneo – sendo o contemporâneo entendido não como atualidade e, sim, movimento simultâneo de adesão e dissociação do tempo, a interpretação do presente pelo passado e futuro, comprehende-se um papel ativo dos profissionais que atuam e perfazem esse meio (Agamben, 2009; Vogel, 2013). Tavares (2011) ressalta o papel da linguagem na construção da realidade jornalística, pois o cotidiano é acionado por ela em uma dupla perspectiva: mostrar qual cotidiano (mixando tempos e espaços) merece o interesse do leitor e que cotidiano, elaborado, é esse. Isso não seria uma construção da realidade, mas uma espécie de ordenação da realidade dentro do interesse jornalístico. Dessa forma, o jornalismo conserva e atualiza a realidade social internalizada nos(as) sujeitos(as) (Tavares, 2011; Meditsch, 2010); e atua, de forma mnemônica e mercadológica, na construção e fixação de imaginários.

Em julho de 2014, a edição de número 234 da revista *Trip* trazia em sua capa o ator Lázaro Ramos segurando uma placa na qual se lê “Que país é este?” (Figura 01). A capa faz o questionamento a partir do paralelo dos protestos que tomaram conta do país em 17 de junho de 2013 em relação à realização da Copa do Mundo, sediada pelo



Brasil, um ano depois, ou seja, 17 de junho de 2014. O questionamento de como um país vai dos protestos à celebração de uma Copa foi a forma encontrada pela publicação para tematizar o campeonato, já que o acontecimento, conforme relatado pela edição, ocorre dessa forma por decisões editoriais da *Trip* – a organização dos fragmentos noticiosos para produzir sentido e reflexões sobre o contemporâneo se dá dentro de sua linha editorial.

Figura 01: Capa da edição do mês.



Fonte: *Trip*, Ed. 234, julho de 2014.

Quando, em tom crítico, a publicação pergunta em sua capa “que país é este”, mesmo dando a entender que a resposta é mais complexa do que cabe no espaço reservado para texto, foto e publicidade, qual é o referencial usado para se compreender o Brasil? Como esse referencial carrega e atualiza um lastro editorial? O que marca e transcende esse mesmo lastro? Qual agenciamento do mundo e da realidade nacional efetivamente se promove? Que corpos aparecem e como? Das reflexões sobre o contemporâneo, nos termos de Vogel (2013), feitas pelas revistas, o que do passado é “refletido” nesses periódicos e de que forma?

No cotidiano, a partir de corpos predominantemente brancos e masculinos em posição de superioridade e de corpos minoritários em posição de inferioridade, há um projeto de nação, desenhado e diluído na sociedade brasileira. Repetido, absorvido,



passado adiante, esse plano permanece como bússola da vida social, em diversos espaços e objetos de construção simbólica do cotidiano (Oliveira, 2017). Negras(os) e indígenas, especialmente, são constituídas(os) como “[...] seres abjetos, desumanizados e racializados no processo colonizador, material e discursivamente subalternizados ao projeto da colonialidade e na perspectiva eurocentrada de produção do conhecimento” (Machado, 2020, p. 32).

As revistas, entre elas as segmentadas pelo gênero, também ensinam sobre um modelo de país, nos afetando e sendo afetadas pelos tensionamentos desses entendimentos sobre o nacional. A pesquisa aqui relatada analisa e aponta para esse processo.

Que país é este: Brasil, corpo e racialidade

Antes da já citada edição de julho de 2014, o clima das manifestações de junho de 2013 tinha sido tematizado por *Trip*. Em março de 2014, a edição 230 falava sobre uma tensão que assolava o país, descrita como uma convulsão social. A revista é categórica: “todos os dias temos notícias de um Brasil que não dá certo e cujas instituições se veem acuadas em becos desconhecidos” (*Trip*, 2014, p. 55). Isso faz supor que algum desalinhamento do projeto de nação aconteceu. É preciso se perguntar, então, que rota seria essa em que o país se encontrava.

No entanto, ao se olhar para a história brasileira não é possível falar de projeto nacional no singular, no decorrer do tempo vários projetos foram concebidos. Para Renato Ortiz (1986), cada época, a partir de interesses políticos e sociais daquele tempo, demanda uma narrativa própria para a construção nacional. E pode-se pensar a nação “como uma comunidade de destino, acima das classes, acima das regiões, acima das raças. Para isso, é preciso adquirir uma consciência de unidade, a identidade, e, ao mesmo tempo, é necessário ter consciência da diferença em relação aos outros, a alteridade” (Fiorin, 2009, p. 117). É necessário que esses entendimentos sejam consolidados para que se transformem em identidade. Para isso, é necessário unir o povo em torno de elementos estabelecidos como comum entre eles, como se esses elementos fossem um destino (Lourenço, 1999).

É possível considerar José Bonifácio de Andrade e Silva um dos primeiros a formular uma mitologia brasileira. A partir do tripé natureza, política e religião, ele



elaborou princípios que reverberaram em outros ideais nacionais (Maciel, 2020). Fabrício Maciel (2020) considera um aspecto fundamental para o entendimento de parte da identidade nacional o ideário de Bonifácio de que o povo brasileiro era ingênuo e, por isso, a existência da necessidade de a elite dominante guiar o país para o progresso e a modernização. As (os) indígenas e negras (os) seriam um problema para a criação de uma nação hegemônica para os defensores da independência.

Uma possibilidade de resolução dessa problemática seria a incorporação desses(as) sujeitos(as) que não representavam os valores europeus. Para isso, entretanto, era preciso que essas pessoas fossem integradas ao projeto de nação brasileira. Isso significa o apagamento cultural desses povos e a imposição de medidas civilizatórias (Seixlack, 2011; Maciel, 2020), algo que desde a colonização já era feito e mais tarde foi enraizado na colonialidade.

Pode-se acionar a ideia de colonialidade para refletir o local pensado por esses intelectuais para as pessoas negras e indígenas. É possível ver a Europa como um correlativo daquilo que é o anseio de existência do povo branco brasileiro. A Europa, então, não se coloca apenas no centro do poder político e econômico, ela se autodetermina como o exemplo de racionalidade. Isso “estabeleceu, não só, o eurocentrismo como perspectiva única de conhecimento, mas também, ao mesmo tempo, descartou por completo a produção intelectual indígena e afro como ‘conhecimento’ e, consequentemente, sua capacidade intelectual⁴” (Walsh, 2007, p. 104). No século XIX, a Constituição brasileira de 1823 não englobaria todos os habitantes do império e definiria papéis hierárquicos dentro da sociedade, dividindo a população entre *brasileiros*, *cidadãos* e *membros da sociedade imperial*. Escravizados e indígenas não seriam considerados cidadãos por não integrarem o pacto social da nação brasileira, ou seja, não teriam direitos políticos e civis. Diferentemente dos libertos que seriam considerados cidadãos (Seixlack, 2011).

No entanto, a discussão sobre aqueles que compõem essa nacionalidade não se deu por vencida. A busca por um típico brasileiro foi uma preocupação, também, da intelectualidade do regime republicano que, na primeira fase da República, buscava elementos nacionais como contraponto ao período monárquico. As viagens ao

⁴ Traducción do original: “No sólo estableció el eurocentrismo como perspectiva única de conocimiento, sino que al mismo tiempo, descartó por completo la producción intelectual indígena y afro como “conocimiento” y, consecuentemente, su capacidad intelectual” (Walsh, 2007, p. 104)



interior do Brasil foram um momento importante dessa busca, pois, com o recente sistema instaurado, existia uma necessidade de afirmar o modelo político (LIMA, 1998).

Os Sertões (1902), de Euclides da Cunha, contribuiu para isso ao retratar o litoral brasileiro como uma mimese imperfeita da Europa, uma cópia malfeita. O interior do país, então, era visto como possibilidade do encontro da autenticidade brasileira. O sertão, mesmo representado como um lugar averso ao civilizatório e ao moderno, ganha o interesse de intelectuais da época no intuito de superar essa concepção (Lima, 1998). O que Euclides da Cunha defendia era a conciliação dos opostos do território por meio de um projeto de nação capaz de incorporar toda a extensão territorial da república. Uma ideia compartilhada por outros cientistas, como Cândido Mariano da Silva Rondon, que defendia a incorporação do sertanejo e do indígena no projeto nacional (LIMA, 1998). Mais uma vez, vê-se a ideia de incorporação de uma cultura a outra, e não a coabitacão das diferenças étnico-culturais.

Segundo Ortiz (1986), o meio [clima, geografia] e a raça serão os elementos argumentativos que irão soldar as interpretações da realidade brasileira entre os períodos dos séculos XIX e XX, como é possível observar nos resultados das expedições científicas ressaltados acima. O autor pontua que é justamente no período pós-Abolição que há a predominância de ideias racistas nos estudos da intelectualidade brasileira, que seguiu hegemônica de 1888 a 1914 (Ortiz, 1986). A mestiçagem torna-se, assim, um problema para qualquer ideia de progresso para o país. No entanto, como fuga dessa predestinação ao fracasso decorrente da mistura racial, foi elaborada uma teoria do branqueamento que acreditava que o país se tornaria quase que totalmente branco com a imigração de europeus e a mistura de pessoas brancas com não brancas até o início do século XXI (Dulci, 2000).

Assim, a mestiçagem foi constituída como a identidade brasileira (Munanga, 1999), trazendo em si o apagamento das culturas e das identidades negra e indígena. No entanto, pode-se ir além e perceber que a constituição física também reflete esse apagamento, já que os corpos nacionais contam a história do extermínio que negras(os) e indígenas sofreram e, não só, também dizem sobre as mulheres indígenas e negras e as violências sexuais que vivenciaram (Nascimento, 2016; Siqueira, Oliveira, Silva, 2021).



Os anos 1930 são um marco na forma como a miscigenação e as diversidades dos povos no Brasil são enxergadas no país, mesmo que não seja um rompimento com a colonialidade, com o mito da democracia racial⁵ proposto por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (1933). O antropólogo Kabengele Munanga (1999) reconhece avanços em Freyre sobre o debate da mestiçagem, por dar um salto interpretativo importante ao olhar para as questões raciais com a lente cultural, aproximando essa visão da interpretação que se tem hoje em dia para etnia. Porém, sua análise era permeada por um olhar romanceado sobre os conflitos raciais que englobam o período (Munanga, 1999).

Por isso, essa nova perspectiva teórica não é suficiente para dar conta das incoerências nacionais sobre a raça, pois é fabricada como um mito de um Estado moderno (Ortiz, 1986) e encobre os conflitos sociais/raciais para forjar um falso senso coletivo de pertencimento à identidade brasileira (Munanga, 1999). O autor modifica também o papel da(o) “mestiça(o)” na sociedade, tirando o peso negativo dessa figura, trazendo, então, os elementos culturais celebrativos como o futebol e o carnaval. Sendo assim, “o que era mestiço torna-se nacional” (Ortiz, 1986, p. 41). Isso não significa a absorção da(o) “mestiça(o)”, negra(o) ou indígena pela sociedade, tendo em vista que esse pensamento é uma mitologia nacional. O que se propôs foi a adoção de símbolos culturais antes ligados a negras(os) e “mestiças(os)” como nacionais, elevando essas características culturais há uma alta estima, mas, mesmo assim, promovendo o apagamento da população negra e indígena.

Gilberto Freyre é, então, revisitado e atualizado no período ditatorial (Ortiz, 1986). Os meios de comunicação foram usados na tentativa de dar coesão à integração desse grande território pregando a democracia racial enquanto o governo antidemocrático perseguiu indígenas (Trinidad, 2018; Cabral, Morais, 2020) e negras(os) (Júnior, 2012; Telles, 2003; Leão *et al.*, 2019), dentre outras minorias.

Zamboni (2003) afirma que, no processo de redemocratização, após a abertura política na década de 1980, identidade e cidadania passaram a fazer parte de forma mais dinâmica e abrangente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1998 (p. 372). Percebe-se

⁵ Entendemos o mito da democracia racial como um discurso que não represente a realidade, mas é ação em nosso cotidiano para dar sentido a nossa experiência enquanto brasileiros (Guimarães, 2003).



nesse momento que a nação é tida como em construção; são entendidas e reforçadas as diferenças entre os grupos que compõem o país, mas, mesmo assim, é esperado que essas diferenças sejam superadas sob os símbolos nacionais que as unificam.

Ao se colocar em perspectiva as formas pelas quais a identidade nacional foi tratada ao longo da história, incorre-se no risco de apagar a memória dos movimentos e dos grupos que, em seu tempo, resistiram às ideias hegemônicas (ver Pollak, 1989). Porém, o intuito aqui é demarcar as perspectivas que tiveram atreladas aos interesses políticos de suas épocas (Adamec, 2014; Aguiar, 2008). Ademais, expressar de forma cronológica entendimentos sobre o país não é propor que esses ideais ecoaram apenas dentro de um marco temporal. A questão étnico-racial, por exemplo, é uma constante no decorrer de como se enxerga o país nacionalmente. Esse não é só um aspecto teórico, mas é refletido em práticas que farão distinção entre corpos que pertencem a determinados grupos raciais.

Colonialidades e esquecimentos em Trip

Retomando a problematização principal da pesquisa e tendo em vista esse panorama, pode-se dizer que a revista *Trip* não fugiu em determinados momentos de recorrer a ideias do nacional recortadas por aspectos raciais. Em 1986, a primeira edição da revista trouxe uma matéria sobre música africana. A linha fina do texto diz o seguinte:

Muitos europeus continuam achando, até hoje, que a capital do Brasil é Buenos Aires. Mais que isso. Acreditam que aqui é terra das araras (coitadas das araras...) e muito índio. A África, outro prato cheio para as suposições rústicas do primeiro mundo, vem derrubando tudo isso com uma ferramenta muito antiga: música (Rodrigues, 1986, p. 37-8).

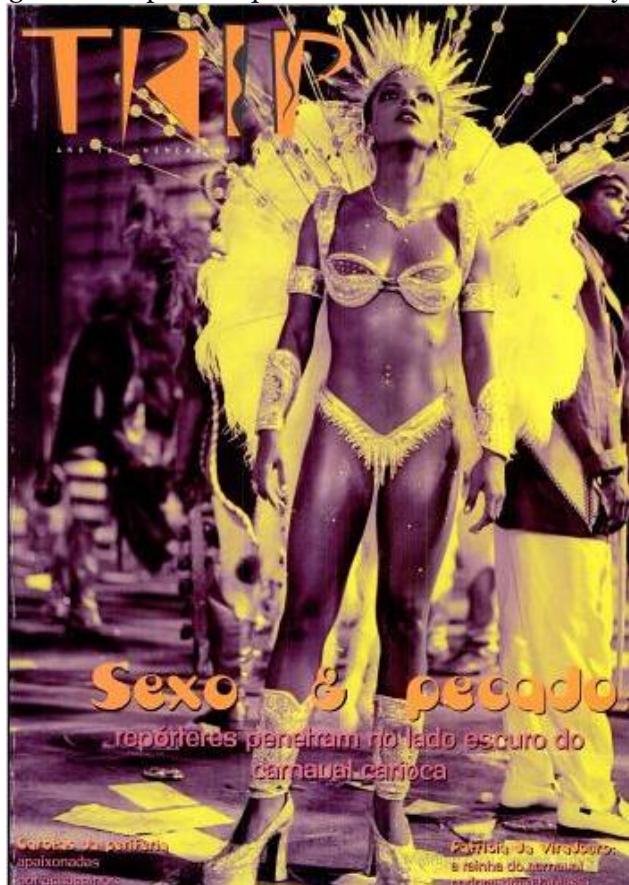
O texto coloca o continente europeu como régua de análise daquilo que é moderno ou ultrapassado. Mesmo que tente fazer aproximações entre África e Brasil, reforça a ideia de que os indígenas seriam sinônimo de atraso. Fazendo um salto de um pouco mais de dez anos, em abril de 1997, na edição de número 54, há um exemplo no qual o símbolo nacional é abordado, mas o corpo negro é utilizado para adjetivar negativamente esse aspecto (Figura 02). A partir da temática do lado “obscuro” do carnaval carioca, a manchete destacava “Sexo & pecado” e a foto da capa, que acompanha o texto, é composta por dois sujeitos negros sendo, em



primeiro plano, uma rainha de bateria negra, com olhar altivo, postura firme e seminua. O carnaval é uma festa nacional importante. Mesmo que seja fortemente associado a periferias, é um espaço de comoção corporal de diversas classes e raças. A edição de número 54 reduz esse sentido plural, tipificando espaços e sujeitos(as) dentro da festa.

A partir de Gilberto Freyre, a cultura brasileira pode ser entendida pelo sincretismo sexual no qual o corpo de mulheres não brancas possui papéis fundamentais (Boscatti, 2017, p. 5). Sendo assim, a escolha editorial parece conversar com esse ideal cultural, representando-o de uma maneira específica e deliberada.

Figura 02: Capa da *Trip* aciona ideias de Gilberto Freyre.



Fonte: *Trip*, Ed. 054, abril de 1997.

Retomando, a pergunta “Que país é este?” da edição de julho de 2014 [número 234] da revista *Trip*, de certa maneira, atravessa o tempo da e na revista; e sua resposta não é monolítica. Ao longo dos anos, várias respostas podem ser dadas para esse questionamento; a identidade nacional brasileira está sempre dentro do campo das disputas políticas – e jornalísticas. No entanto, concordando com Ortiz (1986), é o Estado, a partir de mecanismos políticos e sociais, que organiza a realidade



concreta dessa identidade que é uma construção simbólica e que dissolve as manifestações culturais heterogêneas – o que não significa ignorar os tensionamentos feitos por grupos sociais. Pensar a constituição nacional é refletir sobre quais corpos cabem dentro dessas concepções, o que inclui pensar as formas de opressão (BERSANI, 2018) e apagamentos que habitam as realidades históricas que constituem a nação.

Raça e gênero na constituição de uma imagem nacional

Pode-se dizer que a violência – seja da exclusão, da inferiorização ou do apagamento – é o alicerce que sustenta a constituição daquilo que hoje se chama de Brasil, bem como daquilo que pode ser nomeado como América Latina. A destruição sociocultural e demográfica dos povos que estavam neste território é o que marca o começo da produção histórica do continente latino-americano (Quijano, 2005, p. 16). Então, é possível perceber o esquecimento forçado como constituinte desse processo histórico que definiu à América Latina um papel de subordinação; enquanto a Europa Ocidental foi percebida como centro mundial daquilo que se chama por “modernidade”, a partir do processo político, econômico e intelectual da colonialidade.

Quijano (2005), porém, propõe desprender essa visão da centralidade da Europa Ocidental na modernidade para compreender melhor a constituição latina e os fantasmas gerados pelas invasões colonizadoras. Nelson Maldonado-Torres (2007) afirma que a colonialidade é um padrão de poder instaurado que media uma forma de encarar o conhecimento, a política e as subjetividades. Mesmo que tenha surgido com as relações políticas e econômicas do colonialismo, é um poder ainda operante já que “embora o colonialismo preceda a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo” (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

Em uma simplificação dicotómica, pode-se pensar que um antídoto para a colonialidade está na esfera do recusar ou não aquilo que nos é colocado. No entanto, esse regime de poder age em diferentes frentes, conformando mentes a enxergar apenas uma possibilidade de se portar perante a história. A heterogeneidade histórico-estrutural é distorcida pela colonialidade em um processo homogeneizante do modo de existir social (Quijano, 2005, p. 14).



Partindo do princípio de que a experiência colonial é algo invisível, que é sentida, mas não vista, há a hipótese de que toda cultura possui fantasmas que dizem sobre esse grupo (Haddock-Lobo, 2020, p. 20). No caso brasileiro, os fantasmas coloniais sondam sujeitos(as); feridas físicas, mentais e emocionais são abertas, que podem ser observadas a partir do processo de miscigenação do país, algo em disputa em diversas narrativas, como visto anteriormente. Kabengele Munanga, em *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* (1999), destrincha as diversas formas pelas quais a mestiçagem foi vista no Brasil, concluindo que em todas elas a violência está presente, quase sempre com perspectiva de gênero.

Sendo assim, para pensar a sociedade brasileira é necessário entender que raça e gênero estão intrinsecamente ligados nas distinções sociais dos(as) sujeitos(as) no país (CARNEIRO, 2011; GONZALES, 2020; NASCIMENTO, 2006). Algo que a edição 231, de abril de 2014, discutiu com a capa “Ser negro no Brasil é f*da”⁶ (Figura 03). Na época, a revista *Tpm*, da mesma editora [Editora Trip], refletiu sobre o mesmo tema pelo viés feminino.

A chamada da edição 141 da *Tpm*, de abril de 2014, dizia: “Ser negra no Brasil é (muito) f*da”⁷ (Figura 04). Editorialmente, as revistas e a própria editora reconhecem os atravessamentos de raça e gênero na forma pela qual os(as) sujeitos(as) ocupam o mundo. Essas distinções, porém, estão calcadas na constituição social brasileira de forma específica, sendo preciso problematizá-las em relação à maneira como se dá o reconhecimento de suas existências em *Trip*.

⁶ Respeitou-se aqui a forma original como a revista escreveu.

⁷ Respeitou-se aqui a forma original como a revista escreveu.



Figura o3: Anderson Silva é capa na edição sobre ser negro no país.

Fonte: *Trip*, Ed. 231, abril de 2014.Figura o4: Capa da revista feminina *Tpm* aborda o racismo a partir do gênero.Fonte: *Tpm*, Ed.141, abril de 2014.



Quijano (2005) e Lugones (2014), respectivamente, demonstram a importância da noção de raça e gênero para a colonialidade, sendo essenciais na criação dos países. Paul Gilroy (2001) também aborda os imbricamentos entre gênero, raça e nação. Ele afirma que “a integridade da raça ou da nação portanto emerge como a integridade da masculinidade. Na verdade, ela só pode ser uma nação coesa se a versão correta de hierarquia de gênero foi instituída e reproduzida” (Gilroy, 2001, p. 19).

Sobre o arranjo daquilo que se constitui uma nação, Mara Viveros Vigoya (2018, p. 138) alega que os vínculos entre os homens foram tidos como garantidores da unidade nacional na América Latina, tendo a moral sexual como legitimadora da hierarquia da classe social. Essa cultura da moral recebeu apelo dos grupos militarizados que deveriam proteger os países:

Este código de honra sexual familiar se enraizou fortemente na cultura militar e adquiriu uma significação coletiva, de tal modo que a sociedade confiou a honra da nação, assimilada a uma mulher virtuosa, a seus soldados encarregados de defender a honra nacional contra os agressores estrangeiros e as insurgências internas (Vigoya, 2018, p. 137).

Percebemos, então, a construção de valores atrelados ao gênero feminino dentro dessa lógica. O processo de dicotomização continua operante, estabelecendo as mulheres como oposição aos homens e esvaziadas de agência sobre as próprias vidas ao ponto de carecerem de proteção. Várias estratégias foram criadas no Brasil para manter a ordem e a unidade nacional, no entanto, as mulheres eram vistas como um perigo a isso, já que a honra era vista como um pilar da ligação entre ordem e unidade, e elas poderiam debilitar as fronteiras de raça e classe social (Vigoya, 2018).

Com isso, os homens tornam-se responsáveis pela garantia da defesa nacional e do controle dos corpos das mulheres. Porém, dentro de uma sociedade hierarquizada em classe e raça, todos os homens estão gabaritados para exercer essa função, mas nem todos têm a mesma liberdade dentro do papel já que homens negros e indígenas também são vistos como ameaças às mulheres (Vigoya, 2018).

Voltando a refletir sobre as revistas, pode-se perguntar como essas questões se conectam aos periódicos. As revistas são instituições editoriais que se organizam dentro de um escopo de produção de sentido sobre e para a construção de seu mundo editorial (Vogel, 2013; Schwaab, 2011). O jornalismo de revista possui uma



característica de organização interna que faz com que as edições isoladamente sejam coerentes, mas quando vistas encadeadas temporalmente constroem novos sentidos (Schwaab, 2011). Essa teia de sentido que recorta um longo período ajuda a construir a memória coletiva, que nunca é totalizante: sempre diz sobre as memórias partilhadas por determinados grupos (Halbwachs, 2006). Sendo assim, impressões, preconceitos, concepções sobre determinados grupos podem ser cristalizados por esse espaço editorial.

As próprias revistas são instituições com valores específicos e definidoras sobre o que interessa a cada grupo de leitores. O caso da Editora *Trip* revela isso. Mesmo ao assumir o seu papel com a diversidade e proclamar um fazer jornalístico diferente, ela ainda toma para si a responsabilidade de dizer o que é interessante para as mulheres e os homens lerem, não no mesmo veículo, mas em publicações distintas para cada um, transparecendo “antigos modos de ser homem e mulher, ele culto e ela fútil; porém, para não parecer que nada se alterou, as edições de ambas as revistas são maquiadas” (Bubulhan, Guimarães, 2011, p. 75). Dessa forma, a revista ocupa um papel político que legisla sobre os corpos, a memória e o esquecimento.

Revista Trip: uma ideia gendrada e racializada de nação

A capa do primeiro número da revista *Trip* dava a tônica da publicação que nascia em novembro de 1986: o surfista Fernando Firpo, conhecido como Tarzanzinho, surfa, à noite, nas ondas de uma praia no litoral de São Paulo (Figura 05).

No entanto, a revista não se limitava a pautar os esportes radicais aquáticos. O editorial da edição complementa a identidade da *Trip*:

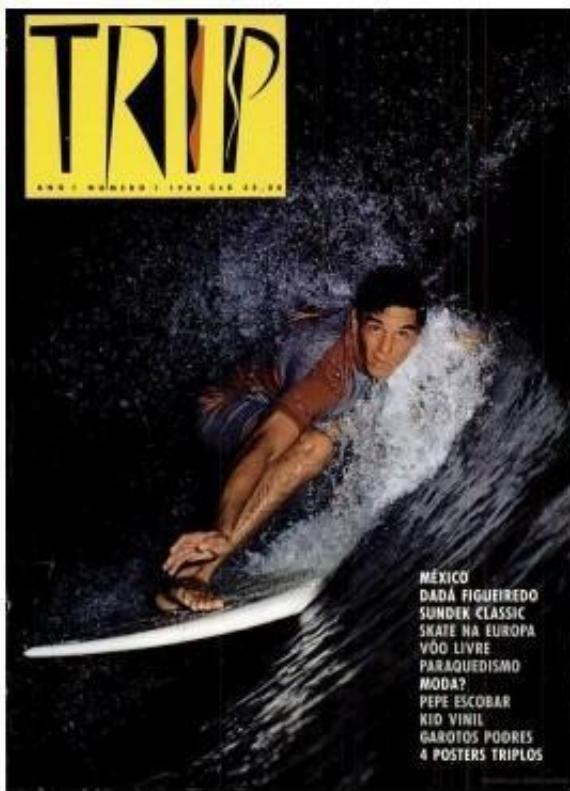
Vamos ainda um pouco adiante, buscando aprovação desta proposta junto a uma parte da humanidade eternamente menosprezada. Queremos mostrar que o jovem não é o imbecil bronzeado que a TV insiste em mostrar, que nem todo surfista tem o cérebro de fibra de vidro, ou ainda que não é necessário ser dark ou apresentar um look de falso tédio, para gostar de boa música ou se vestir com roupas que dão prazer.

Se nossa pauta se delineou inspirado no pensamento de Brecht, nosso marketing editorial teve como musa inspiradora a cervejaria Antarctica. É muito simples: na época do Carnaval, quando a procura de cerveja é muito grande, o consumidor é obrigado na compra de cada garrafa da bebida adquirir três guaranás. Nosso público, sedento de fotos e reportagens de esportes, receberá loiras estupidamente



geladas, mas levará no 'pacote' uma boa dose de cultura, arte e informação cultural, certamente menos enjoativos que o açucarado refrigerante (Lima, 1986, p. 13).

Figura 05: Capa da primeira edição da *Trip*.



Fonte: *Trip*, Ed. 001, novembro de 1986.

Os editoriais são um estilo textual que diz sobre o funcionamento e a lógica de produção das revistas (Tavares, 2011). Em um primeiro número, funciona como uma carta de apresentação, importante para dizer ao leitor qual a experiência se pode esperar ao folhear as páginas daquela e das próximas edições. Percebe-se no fragmento acima o desenho daquilo que seria o leitor alvo da publicação: jovem, inteligente, amante de esportes, interessado em música e atento à moda – nota-se que não foi essa a palavra usada, mas sim a expressão “se vestir com roupas que dão prazer”.

Outros elementos também são colocados para o entendimento da linha editorial da revista, dentre eles “cerveja” e “loiras”. Mesmo que o primeiro item seja mais contextual do que uma promessa de conteúdo, há a apresentação de um imaginário comum sobre o que é uma revista masculina.

A revista *Men's Health*, em versão brasileira publicada pela Editora Abril, ficou reconhecida por desvirtuar essa lógica, estampando em suas capas homens sem



camisa exibindo o resultado de exercícios físicos e dietas. No entanto, a equipe da Editora Abril precisou organizar palestras com donos de bancas de jornal e agências de publicidade para ensinar a essas pessoas que o público-alvo da publicação não eram homens gays, mas sim “homens modernos” (Ramos, 2011, p. 35). Jair de Souza Ramos (2011) apresenta em sua pesquisa o comentário de um leitor da revista em um fórum virtual que propõe uma campanha para que haja mais mulheres “enfeitando a capa”, pois, segundo ele, “Brasil é lugar de bunda, peito, mulher gostosa” (Ramos, 2011, p. 36).

O leitor evoca a palavra “Brasil” como um lugar em que imagens de mulheres nuas remetem a um espaço masculino. Essa ideia não é estranha à natureza da própria noção do que seria uma revista masculina. Embora ao longo do tempo tenha ocorrido uma suavização do erotismo nesse tipo de publicação e a inclusão de assuntos mais comportamentais, o sexo e seu entorno são ainda características fortes (Scalzo, 2011).

Olhando criticamente a reflexão de Gilberto Freyre, deve-se pensar o papel sexual das mulheres no imaginário brasileiro, já que as violências sexuais cometidas desde o processo de colonização contra as mulheres negras e indígenas são amenizadas pelo autor e convertidas em liberação corporal. Nota-se uma produção de “hierarquias que animalizaram o corpo da mulher negra” (Boscatti, 2017, p. 8) que desagua na imagem da mulata como elo que estreitaria o distanciamento dos opositos, as mulheres negras das mulheres brancas (Boscatti, 2017).

Mesmo com esses elementos acionados, não parece ser uma realidade da revista *Trip* a exaltação das curvas das mulheres negras. Pelo contrário, a maioria das mulheres que participam dos ensaios sensuais, conhecidas como “Trip Girls”, são brancas (Tavares, Santos, Oliveira, 2019). Isso não significa que elas não apareçam, às vezes evocando, inclusive, estereótipos racistas, como é o caso da edição 246, de agosto de 2015, em que o tema abordado pelo número era “prisões”. Em uma questão delicada para a população negra, a atriz Taís Araújo estampava as páginas sensuais da edição (Figura 06).

Figura 06: A atriz Taís Araújo foi capa da revista quando o tema foi prisões.



Fonte: *Trip*, Ed. 246, agosto de 2015.

A exaltação das mulheres brancas nas páginas da *Trip* se faz entender em campos econômicos e culturais. Com o avanço do neoliberalismo, nos anos 1970, durante os regimes autoritários na América Latina, o Brasil se portou como “um laboratório sexo-racial do neoliberalismo”. Pois, “nacionalizar o corpo” brasileiro através princípios normativos para comercializá-lo significou uma forma desterritorializada para capitanejar a brasiliade em mercados globais, criando mercadorias, signos, serviços e artefatos correlacionados (Boscatti, 2021, p. 40).

A Garota de Ipanema surge nesse contexto como uma categoria mercadológica e turística, fazendo sucesso pelo seu apelo comercial, ligado a um lugar privilegiado da branquitude que consegue com o avanço da tecnologia modificar os seus corpos, sendo com bronzeadores ou intervenções nos glúteos. Essas intervenções poderiam, então, aproximar em termos estéticos as mulheres brancas das negras (Boscatti, 2021).

Dessa forma, percebe-se a identidade brasileira corporificada de forma gendrada e racializada. Por isso, não é de se estranhar a ligação das revistas masculinas com as imagens de mulheres nuas. Existe uma identidade nacional construída e solidificada que essas publicações nos permitem observar, pois, por mais



descolada de um posicionamento político-crítico, as revistas masculinas carregam noções políticas sobre o Brasil, sobre as identidades e sobre os corpos.

Na edição 28, de agosto de 1992, a ideia de um Brasil “ainda necessitado de ser explorado” está pautada pelo viés das “terras remotas que precisam ser desbravadas”. Uma certa representação de modernidade e progresso aparecem no texto, mas isso se dá pelo recorte de gênero. Na matéria de capa “Trindade: o Brasil proibido”, em suas 07 páginas, conhecemos a ilha vigiada por marinheiros na qual o turismo é proibido. Remetendo a missões de explorações do interior do país, a revista permite que o leitor conheça as pesquisas científicas realizadas naquele lugar e o dia a dia dos militares que vivem lá. Em linhas gerais, a matéria reforça a ideia de que o desenvolvimento do país é dependente da exploração da potência ambiental nacional, algo que se comunica com a ideia nacional defendida pelos militares no período ditatorial (Boscatti, 2017).

O militarismo também influencia nas ideias de gênero na América Latina. Segundo Mara Viveros Vigoya (2018), neste território opera uma metáfora que os homens representam soldados enquanto as mulheres, a terra. Dessa forma, a ordem e a unidade nacional não dependem apenas de uma conquista territorial, mas também de gêneros. E é aqui que os corpos emergem novamente para traçar paralelos com ideais da construção nacional. As mulheres aparecem na matéria em três citações: uma textual, em uma fala que não é creditada que diz “aqui só falta xoxota” (Trip, 1992, p. 51), e duas visuais, em uma foto de duas páginas de famílias se reencontrando com os marinheiros (Figura 07) e uma outra foto em que a legenda indica que um marinheiro olha para uma parede cheia de fotos de mulheres nuas (Figura 08). Essas citações reforçam a ideia da colonialidade do dualismo de pensar as mulheres como objeto de conquista e do código de honra sexual familiar (Vigoya, 2018).



Figura 07: Marinheiros reencontram família.

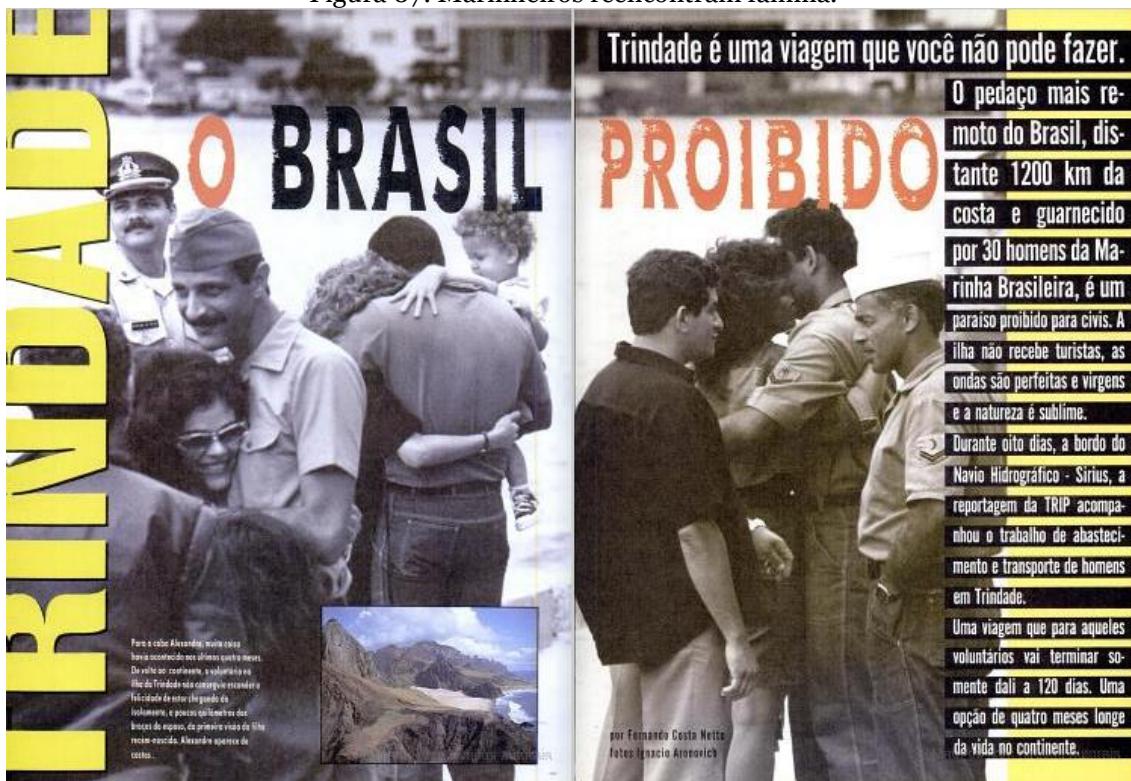
Fonte: *Trip*, Ed. 028, agosto de 1992.

Figura 08: Homem olha para fotos de mulheres peladas.

Fonte: *Trip*, Ed. 028, agosto de 1992.

A lógica da colonialidade que hierarquiza as mulheres como inferiores e considera os homens como garantidores da unidade nacional (Vigoya, 2018) reaparece na edição 33 de julho de 1993. Nas capas deste número, uma das manchetes afirma que a Pomba-gira é a primeira-dama do Brasil; ela não é considerada presidenta, mas, sim, a auxiliar do mais alto cargo do país (Figura. 09). Além disso, na seção *Trip Girl*, da 38 a 45, com o título “Por baixo da saia a pomba gira”, encontra-se o ensaio fotográfico da modelo Maria Helena Nunes, a Mel, um



perfil sobre ela e um texto de Jacob Pinheiro Goldeber, analista de comportamento, sobre a psicologia da Pomba-Gira. O texto de abertura da seção diz:

Não há nada mais exato entre os ícones e códigos da combinação genética que forma o Brasil. A entidade da Pomba-Gira é a mais perfeita tradução da convivência entre o sagrado e o profano. É o resumo de um país sem primeira-dama, sem mãe nem pai. É Xuxa e Dercy Gonçalves num corpo só. Segure! (Trip, 1993, p. 99)

Figura 09: A modelo que "interpreta" a Pomba-Gira estampa a outra capa da edição.



Fonte: *Trip*, Ed. 033, julho de 1993.

O que é um processo histórico de violência (Rossini, 2020, *site*) é considerado uma “combinação genética” positiva simbolizada pela Pomba-Gira. A mestiçagem de comportamento do brasileiro relatada pela revista é corporificada por uma mulher branca, mesmo a Pomba-Gira sendo uma entidade de uma religião afro-brasileira. Uma fantasmagoria emerge nessa situação, a(o) “mestiça(o)” é considerada(o) como uma identidade nacional (Ortiz, 1986) a partir de Freyre (1933), mas, para isso, a identidade e cultura negra é apagada pela revista em nome de uma unidade nacional branca.

Na edição 86, de fevereiro de 2001, a atriz Juliana Paes, uma mulher de traços predominantemente brancos, mas com misturas de outras raças, é uma das capas e a *Trip Girl* do mês. A chamada da capa diz “Juliana Paes, a empregada que desarrumou



o Brasil” (Figura 10) enquanto o título do ensaio carrega o duplo sentido “Tudo no lugar”.

Figura 10: Juliana estampa a capa da edição representando uma de suas personagens.



Fonte: *Trip*, Ed. 086, fevereiro de 2001.

O texto do ensaio fotográfico diz que:

Manoel Carlos conhece a libido masculina. Senão, no mínimo teve, como toda a classe média brasileira que cresceu antes do final do século XX, uma empregadinha sensual e meio sapeca que, entre uma faxina e uma arrumação, ensinava as delícias da fantasia para os moleques babões e desengonçados (*Trip*, 2001, p. 36).

Esse trecho é revelador das políticas sexuais do projeto de poder da colonialidade na qual a vida pública entra na vida privada do lar (Boscatti, 2017), onde as experiências sexuais dos jovens senhores de engenho não ocorrem nos bordéis, mas, sim, com as mulheres escravizadas (Freyre, 1993). A revista evidencia e corrobora com esse ideal e atualiza para aquele momento a partir de uma diferenciação de classe e como o trabalho doméstico conversa com o passado escravagista.



Já na edição 234, aquela na qual Lázaro Ramos é capa e tenta responder a pergunta “Que país é este?”, com um especial sobre a Copa de 2014 e as manifestações de 2013, a matéria “A mesma data, um mesmo ano. Que país é este?”, em quatro páginas construídas com textos e fotos de multidões, realiza paralelos entre as duas datas tratadas na edição, em uma tentativa de questionar a coerência da mudança de discurso. O ator também estampa a seção de entrevista, cujo título é “Momento de ajuste”, e discute sobre a vida pessoal, profissional e a política nacional. O texto também frisa que Lázaro se comoveu com as manifestações, assim como vibrou com a Copa de futebol.

Dessa forma, pode-se destacar que o texto tenta a compreensão de vários assuntos, dando profundidade para a existência de Lázaro, o que é algo positivo para a forma como um homem negro é retratado. Porém, uma dúvida sobre a foto da capa paira: se a ideia é que o cartaz que ele segura remata aos protestos, por que Lázaro não segura o papel para o alto, uma postura comum nesses espaços? Pode-se dizer que é pela delimitação física do estúdio. Mas por que uma parede branca no fundo em vez de algum outro lugar que remeta à rua ou até mesmo aos estádios? Por que Lázaro Ramos repete uma pose em um cenário que também ocupa o imaginário coletivo: a foto para o fichamento na prisão? Embora o texto dê sentidos múltiplos para o ator, a capa abre possibilidades de interpretação. É o texto do cartaz que guia a interpretação da foto, porém ela ainda tensiona um lugar social designado aos homens negros.

Considerações finais

A pesquisa aqui relatada abordou impactos da colonialidade na forma de se ver o mundo, o que se reflete em produtos editoriais, pois eles são itens culturais. Marília Scalzo (2011, p. 16) classifica as revistas como objetos ligados ao tempo. Para ela, as publicações são reflexo da cultura na qual estão inseridas, por isso, são frutíferos materiais de pesquisa para entender o espírito social que ronda o momento em que as publicações estão/estiveram em circulação no mercado. Dessa forma, pode-se entender que esses objetos não só expressam as constituições culturais ao seu redor, como são passíveis de transformações, o que poderia ser chamado de sua “perenidade mutável” (Tavares, 2011).



A pesquisa atestou que as(os) sujeitas(os) negras(os) sempre estiveram presentes na revista *Trip*. Mesmo assim, pelo *corpus* analisado, ela parece insistir em dizer que o Brasil é um país de maioria branca, embora os dados estatísticos provem o contrário. De forma irônica, ao embranquecer a Pomba-Gira, nem mesmo o mito da miscigenação é de todo corroborado imageticamente pela publicação. O local reservado pela revista para os corpos negros e indígenas é, majoritariamente, o de negação e apagamento. São corpos estranhos, observáveis, mas não desejados, pois sobrevivem sempre à margem da não existência, o que reflete nas possibilidades para os corpos não brancos fora das páginas da publicação. No imbricamento entre o jornalismo e a história nacional, promovido por *Trip*, a memória aparece como eixo que atualiza corpo, raça e gênero de forma fantasmagórica e colonial (Silva, 2022). A revista promove enquadramentos que reforçam, dentro de uma duração editorial, formas muito específicas de compreensão do passado nacional.

Mesmo com avanços históricos na representação de pretos e pardos, o que pode ser observado dentro do *corpus* da pesquisa, ainda há um padrão na representação dessas pessoas (Borges, 2012), que por vezes são historicamente naturalizadas dentro de uma alteridade colonial. O lugar social ocupado pelas pessoas negras e indígenas está ligado às marcas da colonialidade, a formas de inteligibilidade sobre certos corpos, dispostas a partir de um trabalho arbitrário em relação à memória coletiva. Tais marcas concebem percepções marginalizadas para o corpo desses(as) sujeitos(as). Essas noções são compartilhadas e fixadas de diversas formas, sendo a mídia um desses espaços.

Nesse contexto, a revista *Trip* embora não se racialize e tente, em muitos momentos, problematizar essa questão, deixa escapar um posicionamento editorial dentro de uma branquitude que se coloca como norma. Na duração de suas edições, ao longo de três décadas, a publicação reproduz imaginários sobre a população nacional, hierarquizando representações. No conjunto o material jornalístico analisado, observamos que sua forma de enxergar o Brasil, pela revista, orienta-se por um posicionamento masculino, branco e heterossexual, o que reflete marcas da colonialidade sobre os demais corpos em evidência. Embora os corpos-outros resistam (Martins, 2003), não há muitas possibilidades de resistência para o corpo-impresso de negras(os) e indígenas quando retratadas(os) dentro dessas regras. Algo que revela, não sempre uma ação deliberada, mas as maneiras como, de forma



estrutural, uma revista de nicho, jornalística e mercadológica, se comporta e se constitui, no tempo. Infelizmente, sem tomá-lo a contrapelo.

Agradecimentos

Agradecemos o fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a realização das pesquisas que dão base ao presente texto.

Referências

- ADAMEC, Martin. **A formação da identidade nacional brasileira:** um projeto ressentido. 2014. 230 f. Tese [Doutorado em Ciência Política] — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
- AGUIAR, Márcio M. “Raça” e Desigualdade: as diversas interpretações sobre o papel da raça na construção da desigualdade social no Brasil. **Tempo da Ciência**, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 115–133, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1970/1556> Acesso em: 12 mar. 2025.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BERSANI, Humberto. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. **Revista Extraprensa**, 11(2), 175-196, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/148025> Acesso em: 14 abr. 2025.
- BORGES, Rosane. Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. In: BORGES, Roberto; BORGES, Rosane. (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et alii, 2012. p. 178-203.
- BOSCATTI, Ana Paula Garcia. A bunda e o discurso nacional: as lutas simbólicas sobre mestiçagem e colonialidades. In: 13th WOMEN'S WORLDS & FAZENDO GÊNERO 11, 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2017.
- BOSCATTI, Ana Paula Garcia. Bunda: um signo interpretativo de nova brasiliade nos anos 70 e 80 no Brasil. **Latin American and Latinx Visual Culture**, v. 3, n. 3, p. 38–57, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1525/lavc.2021.3.3.38>.
- BURBULHAN, Fernanda. GUIMARÃES, Rafael Siqueira. Relações de gênero, mídia escrita e contemporaneidade: análise do discurso nas revistas TRIP e TPM. **Publicatio UEPG:**



Ciências Sociais Aplicadas, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 67–76, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/2999>. Acesso em: 24 mai. 2025.

CABRAL, Rafael; MORAIS, Vitória Larissa Dantas de. Os povos indígenas brasileiros na ditadura militar: tensões sobre desenvolvimento e violação de direitos humanos. **Direito e Desenvolvimento**, v. 11, n. 1, p. 106–122, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesarrollo/article/view/1218>. Acesso em: 12 mar. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DULCI, Otávio Soares. Generalidade e particularidade na sociologia brasileira. In: **Sociedade e Estado: pensamento social brasileiro**, Brasília, Ed. UnB, v. 15, n. 2, p. 223-239, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/NTRWDfBLs7RX4bPBR7zS5zv/> Acesso em: 11 mar. 2025.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115–126, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3002/1933>. Acesso em: 12 mar. 2025.

FRANÇA, Renné Oliveira. Revista e referentes: a pensata na construção do mundo de cada publicação. In: **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 93-106.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 50^a ed. São Paulo: Global, 2003.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência**, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.) **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxSGJgkwVyFJ8jfT8wxWxC/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 abr. 2025.

HADDOCK-LOBO, Rafael. **Os Fantasmas da Colônia**: notas de desconstrução e filosofia popular brasileira. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

JÚNIOR, Francisco das C. F. S. Imagem, raça e humilhação no espelho negro da nação: cultura visual, política e “pensamento negro” brasileiro durante a ditadura militar. **Topoi**, v. 13, n. 24, p. 94–110, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/VvgjtFzqLgnCGqjXMPwWRM/>. Acesso em: 17 mai. 2025.

LEÃO, Alice Da Silva; ALMEIDA, Fabiane Katarina Fartolino de; SOUZA, Maria Clara Silva de; LIMA, Rayra Torquato de. Mulheres, homossexuais, indígenas e negros na ditadura civil militar: uma análise sobre as minorias no regime político. **Das Amazôncias**, v. 2, n. 2, p. 45-58, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3232> Acesso em: 12 mar. 2025.



LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 5, p. 163–193, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/ssftpHJTrFMGJRKvg83nrYm/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

LIMA, Paulo. **Editorial**. TRIP. São Paulo: Editora Trip, edição 01, novembro de 1986. p. 13

LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da saudade**: seguido de Portugal como destino. São Paulo: Cia. Das Letras, 1999.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n.22, v. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqnzb> Acesso em: 17 fev. 2025.

MACHADO, Flávia. Gênero, corpo e colonialidade: deslocamentos epistemológicos e feminismos a margem do sul global. **FRONTEIRAS: REVISTA DE HISTÓRIA**, v. 22, p. 30-47, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/13262> Acesso em: 14 abr. 2025.

MACIEL, Fabrício. **O Brasil-nação como ideologia**: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional. E-Book. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (eds.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-168.

MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Letras**, Santa Maria, v. 26, p. 63-81, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881> Acesso em: 14 jan. 2025.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia (Orgs.). **Jornalismo e Acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular/Capes, 2010. p. 19-42.

MUNANGA, Kabengele. **Redisputando a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Editora Perspectiva SA, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. In: RATTS, Alex (Org.). **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007. p. 93.

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. Descolonizar os livros didáticos: raça, gênero e colonialidade nos livros de educação do campo. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 68, p. 11-33, 2017 . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rLND4pxQxJRrMpHTmvcV38H/abstract/?lang=pt> Acesso em: 24 abr. 2025.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.



POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 2 jan. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 55, v. 19, 2005, p. 9-31. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/KCnb9McPhytSwZLLfyzGRDP/> Acesso em: 14 abr. 2025.

RAMOS, Jair de Souza. Dilemas da masculinidade em comunidades de leitores da revista Men's Health. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**. n. 7, p. 9-43, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/ZW74dzwRsXBDKmhZFKH6pnF/abstract/?lang=pt> Acesso em: 04 abr. 2025.

RODRIGUES, Otávio. **Música africana**. TRIP. São Paulo: Editora Trip, edição 01, novembro de 1986. p. 37-38.

ROSSINI, Maria Clara. Estupro de mulheres negras e indígenas deixou marca no genoma dos brasileiros. **Revista SuperInteressante**, São Paulo, 03 de out. de 2020.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2011.

SCHWAAB, Reges Toni. **Uma ecologia do jornalismo**: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril. Tese [Doutorado em Comunicação e Informação] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SEIXLACK, Alessandra Gonzalez de Carvalho. Entre “índios bravos” e “selvagens da África”: os debates sobre a população nacional e a cidadania na Assembleia Constituinte de 1823. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH 50 anos, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

SILVA, Wigde Arcangelo da. **Corpo-impresso na revista Trip**: uma construção nacional refletida em corpos negros. Dissertação [Mestrado em Comunicação] – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022.

SILVA, Wigde Arcangelo da; TAVARES, Frederico de Mello B. Corpos-impressos e fantasmagorias como problemas comunicacionais. In: BORELLI, Viviane; DAPEXE, Sandra; SILVEIRA, Ada Cristina Machado. (Orgs.). **Métodos, práticas e análises em comunicação e mídia**. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB), 2024. p. 130-162.

SIQUEIRA, Júlia Militão; OLIVEIRA, Yan Gabriel Conceição; SILVA, Wigde Arcangelo. Amar de olhos fechados: relação inter-racial na canção Braille, de Rico Dalasam. In: 10º MUSICOM – Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Música: Playlists das Diversidades, v. 10, São Luís, 2021. **Anais...** São Luís, 2021.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **Ser revista e viver bem**: um estudo de jornalismo a partir de *Vida Simples*. Tese [Doutorado em Ciências da Comunicação] – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão; SANTOS, Maria; OLIVEIRA, Lethícia Bueno. Corpo e sensualidade: uma análise da representação feminina na sessão Trip Girl. In: XXIV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 2019, Vitória. **Anais do XXIV Intercom Sudeste**. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019. v. 24, p. 1–13.



TELLES, Edward. Racismo à Brasileira. **Uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2003.

TRINIDAD, Carlos Benítez. A questão indígena sob a ditadura militar: do imaginar ao dominar. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 257-284, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/9318>. Acesso em: 13 mar. 2025.

TRIP. São Paulo: Editora Trip, edição 01, novembro de 1986.

TRIP. São Paulo: Editora Trip, edição 28, agosto de 1992.

TRIP. São Paulo: Editora Trip, edição 33, julho de 1993

TRIP. São Paulo: Editora Trip, edição 54, abril de 1997.

TRIP. São Paulo: Editora Trip, edição 86, fevereiro de 2001.

TRIP. São Paulo: Editora Trip, edição 230, março de 2014.

TRIP. São Paulo: Editora Trip, edição 234, março de 2014.

VIGOYA, Mara. Viveros. **As cores da masculinidade:** experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

VOGEL, Daisi. Revista e contemporaneidade: imagens, montagens e suas anacronias. In: **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 17-26.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nómadas**, n. 26, p. 102–113, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105115241011.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2025.

ZAMBONI, Ernesta. Projeto pedagógico dos Parâmetros Curriculares Nacionais: identidade nacional e consciência histórica. **Cadernos CEDES**, v. 23, n. 61, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/bd4cBGcWgShqqwX4tFDPFkf/>. Acesso em: 12 mar. 2025.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.